

MEMÓRIAS DE UMA COMUNIDADE: CASTANHEIRO DOS MACÁRIOS, SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

MEMORIES OF A COMMUNITY: CASTANHEIRO DOS MACÁRIOS, SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

Katia Milene Ferreira dos Santos Castro¹

Mauro Alexandre Farias Fontes²

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo identificar os lugares de memória da comunidade Castanheiro dos Macários, localizada no município de São Raimundo Nonato, no Piauí. Desta forma, esta pesquisa contribuirá para a valorização do patrimônio local através de um estudo de caso, pautado no levantamento bibliográfico e da utilização de entrevistas semiestruturadas, visando a valorização e preservação de lugares de memória. Para esta incursão inicial, apresentaremos narrativas e práticas associadas ao bem denominado Pé de Figueira. De modo geral, o estudo permitiu contextualizar o sentimento de pertencimento da comunidade Castanheiro dos Macários, através da valorização da sua história, memórias e materialidade. **Palavras-chaves:** Patrimônio, Lugares de Memória, Castanheiro dos Macários.

Abstract: This essay aims to identify the places of memory of the Castanheiro dos Macários community, located in the municipality of São Raimundo Nonato, in Piauí. In this way, this research will contribute to the valorization of the local heritage through a case study, based on the bibliographic survey and the use of semi-structured interviews, aiming at the valorization and preservation of places of memory. For this initial foray, we will present narratives and practices associated with the so-called Pé de Figueira. In general, the study allowed contextualizing the sense of belonging of the Castanheiro dos Macários community, through the appreciation of its history, memories and materiality. **Keywords:** Heritage, Places of Memory, Castanheiro dos Macários.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque Univasf). E-mail: katia.milene2@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque e Carqueol Univasf). E-mail: mauro.farias@univasf.edu.br

Introdução

O presente ensaio busca apresentar a importância dos lugares de memória da comunidade Castanheiro dos Macários, no qual será valorizada a ideia de preservação e conservação sobre memórias e a história da comunidade, por meio da contextualização do bem denominado Pé de Figueira. A discussão tem também por objetivo, apresentar a comunidade Castanheiro dos Macários, onde residem 11 famílias (10 idosos, 08 adultos, 01 adolescentes e 02 crianças), que praticam a agricultura de subsistência como principal fonte de sustento.

A escolha do tema surgiu com o intuito de encontrar relações de pessoas da comunidade com lugares de memória, bem como com os modos de fazer e saberes aplicados por nossos antepassados, que se fazem presentes até o momento. Assim, com tal envolvimento, será possível identificar lugares de memória e a importância do uso da cultura material e culturas tradicionais presentes na comunidade.

A comunidade Castanheiro dos Macários faz parte do município de São Raimundo Nonato, Piauí, localizando-se distante vinte e dois quilômetros do centro da cidade. A comunidade está assentada a cerca de três quilômetros da BR- 020, no sentido Campo Alegre de Lourdes, Bahia. Digno de nota é que o povoado faz parte do Território Quilombola Lagoas, próximo a localidade de Currais. O relevo da área é caracterizado como planície, ou seja, relevo mais ou menos plano, com poucas ondulações. A vegetação é caracterizada pelo bioma da Caatinga (Castro, 2019; 2023).

Por meio desta pesquisa, voltada para a utilização de informações orais, busca-se identificar memórias relacionadas a lugares que estejam presentes nas lembranças das pessoas entrevistadas. Especificamente, buscaremos descrever experiências vividas com o Pé de Figueira, por pessoas da comunidade Castanheiro dos Macários em diferentes locais e épocas, conferindo para o bem a condição de patrimônio local.

Referencial Teórico

Do ponto de vista de Abreu (2007:54), “a noção de patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo”. Com a afirmativa, ressalta-se que a noção de patrimônio foi

formulada no contexto da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular, que pode não fazer sentido em outros contextos. Entretanto, é também importante salientar que a noção de Patrimônio, como ocorre com o campo da linguagem, é uma noção dinâmica, onde diferentes significados vão se justapondo no embate entre políticas de lembranças e de esquecimentos (Abreu, 2007:55).

Nessa perspectiva, Girão (2001:107) aponta que:

“A noção de Patrimônio e a institucionalização de ações para a sua salvaguarda surgiram e se desenvolveram, nos estados modernos, para contrabalançar essa tendência, firmando-se como resposta à busca de valores permanentes em vista daquele quadro de transitoriedade. Acentuava-se, então, a polaridade entre a vontade de preservar deixando transparecer a aspiração de autoconhecimento cultural e de imortalidade mediante a apropriação da permanência das obras de arte – e a vontade de superar o passado, descartando – o para criar novos produtos de pouca duração” (Girão, 2001:107)

Para todos os efeitos, Patrimônio está atrelado, basicamente, a aspectos materiais e sociais, podendo possuir diferentes significados, enquanto se torna sinônimo das coisas que foram transmitidas entre gerações, como forma de memória materializada. Adicionalmente, o Patrimônio também está relacionado com os aspectos subjetivos considerados por uma determinada população, como algo de valor pessoal, atribuindo-se assim, valores culturais.

Segundo Martins (2006:40), partindo dessas atualizações globais, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 216, seção II DA CULTURA, estabelece o conceito de patrimônio cultural:

Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- As formas de expressão; II- Os modos de criar, fazer e viver; III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais; V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Martins, 2006:40).

Para Silva (2011), patrimônio cultural é tudo aquilo que possui significado individual e social ou que representa e traduz identidades, engloba as peculiaridades e características pelas quais os indivíduos, pertencentes a diferentes grupos sociais, se aproximam e se diferenciam entre si. Se a princípio, patrimônio era algo alcançado por meio de herança familiar, atualmente é visto

como um conjunto de saberes e fazeres dinâmicos, que estão relacionados diretamente com a história cultural, material e imaterial de grupos e sociedades humanas.

De fato, entre diferentes grupos sociais, os indivíduos compartilham histórias e experiências diversas, em um processo de composição de identidade cultural. Isto acontece devido a aproximação entre seus integrantes, seja por meio de formas, expressões e costumes, ou seja, pela formação cultural de um povo ou de um lugar. Nesse sentido, para além da materialidade, o patrimônio está ligado também à memória social.

A memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos de 1920 e 1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (Pollak, 1992:2).

Os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar são os acontecimentos que eu chamaria “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” (Pollak, 1992:2).

Entendemos que memória possui valor pessoal, porém o seu significado está relacionado a concepções de aspectos sociais, ou seja, algo que é lembrado por todos em um determinado grupo ou sociedade. Com esta premissa, o estudo referente à memória passou a ser abordado com frequência por diversos autores, com a tentativa de busca por lembranças e de adquirir informações pertencentes a determinados grupos sociais, o que pode ocasionar reconhecimentos pessoais, ligados ao tempo ou lugar.

Como foi visto a memória, está diretamente ligada ao tempo e o espaço, o que pode ocasionar lembranças e esquecimentos, de processos que foram vividos individualmente e compartilhados coletivamente. A memória faz parte do passado e presente e nesse sentido, entre memória e esquecimento, pode-se colocar a reminiscência, como forma de recuperação, ou seja, uma reelaboração fruto de cada presente histórico, de algo que foi vivido socialmente, podendo então se formular como memória coletiva (Pollak, 1992).

Portanto, a memória é algo com dimensão concreta, vinculada com construções temporais. Para a memória existir, é necessário que existam histórias, de modo que essa relação pode ser formalizada nos lugares de memória. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a entendimentos particulares da nossa história. Busca articular a consciência da ruptura com o passado com a construção de narrativas de continuidade, percebidas de modo residual em determinados locais consagrados socialmente para este propósito (Nora, 1993).

Na visão de Nora (1993), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notórias atas, focos privilegiados, explicitando o porquê dessas operações não serem naturais. Segundo Nora (1993), os lugares de memória pertencem a diferentes domínios, que os tornam interessantes, mas também complexos: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração.

Resultados

Castanheiro dos Macários foi formado por pessoas de uma única família, somente depois de certo tempo houve a chegada de agregados. Segundo informações do senhor Milcíades Macário de Castro, a primeira casa da comunidade pertenceu a seus pais, João Macário de Castro (*in memorian*) e Maria Izabel de Castro (*in memorian*). De acordo com as informações do senhor Milcíades, seus pais vieram da localidade de Caldeirãozinho, no município de São Lourenço do Piauí. Passaram a residir na comunidade Castanheiro dos Macários na década de 1920, quando se casaram. Nessa época, já havia uma casa na propriedade, mas não havia moradores. A casa servia apenas como ponto de apoio. As terras da comunidade foram herdadas por Maria Izabel de Castro, sendo este o motivo de deslocamento para a comunidade, onde tiveram e criaram 10 filhos (Figuras 1 e 2).

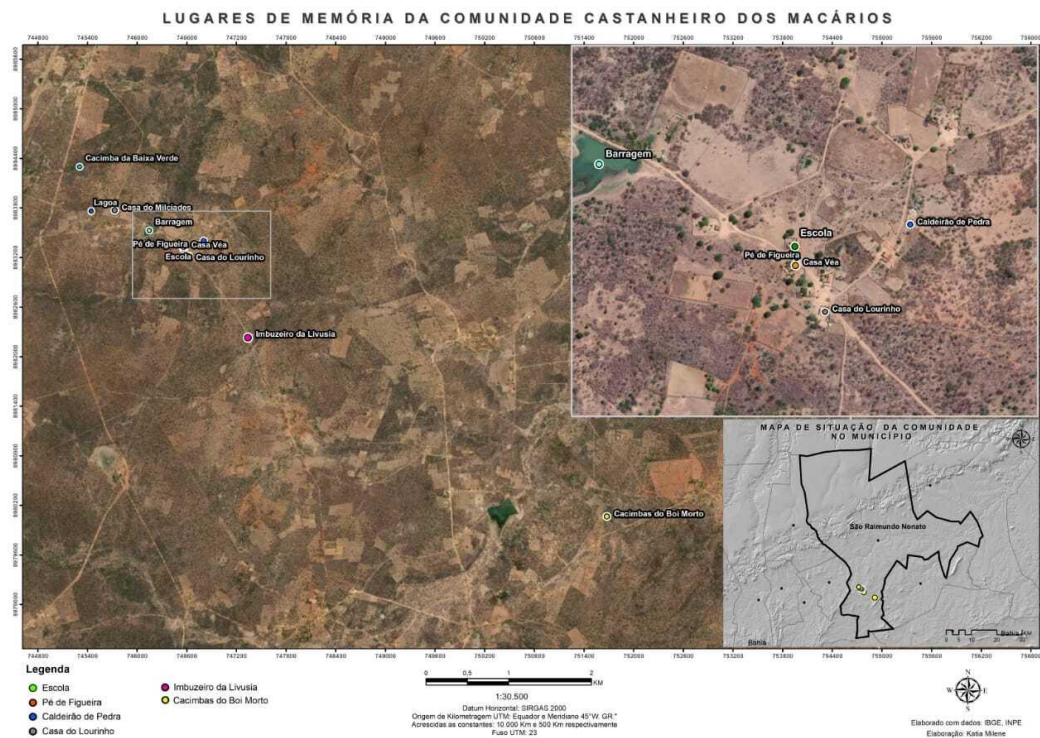


Figura 1: Localização da comunidade Castanheiro dos Macários e dos Lugares de Memória. Fonte: Castro, 2023.

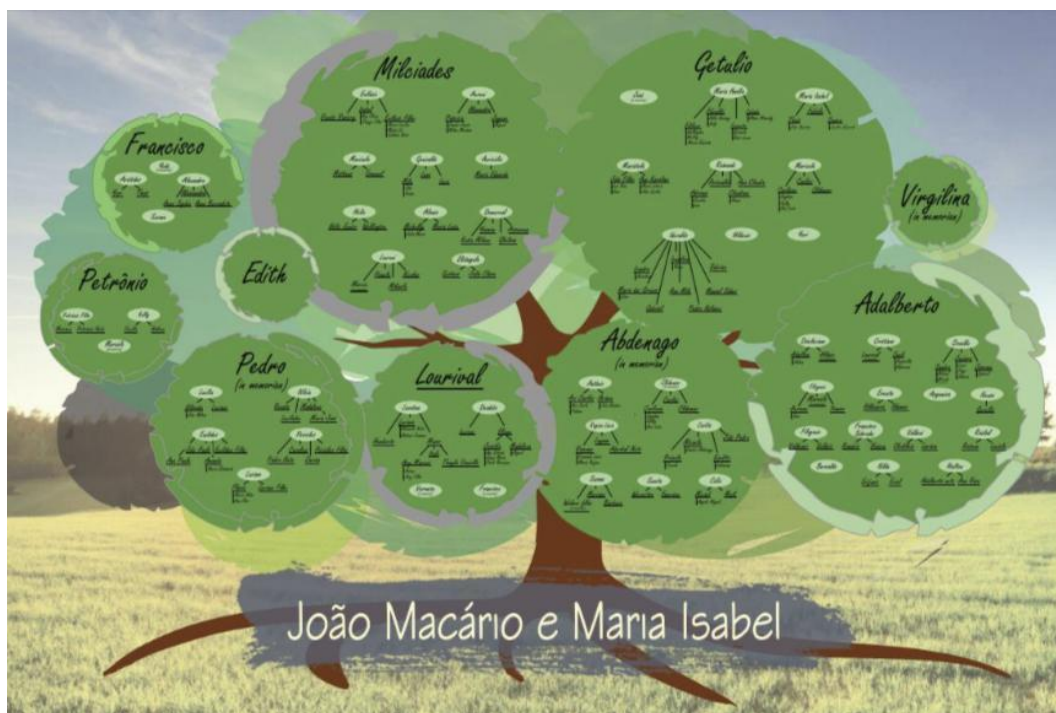


Figura 2: Árvore genealógica da família do senhor João Macário e da senhora Maria Isabel. Fonte: Castro, 2019.

Segundo a senhora Edith Maria de Castro, no início da década de 1940, seus pais João Macário e Maria Izabel, construíram outra residência ao lado de uma antiga casa de farinha, que já era usada pelo casal desde quando vieram morar na comunidade. Atualmente, a casa de farinha não existe mais, porém a casa que hoje é a sede da comunidade se encontra bem conservada pela família Macário de Castro.

Desde a década de 1920 até o presente, a principal forma de subsistência da comunidade é a agricultura, com as plantações de mandioca, mamona, milho e feijão. A mamona não é mais cultivada pelas famílias, pois no passado o cultivo era para venda e troca por produtos de cesta básica. Além da agricultura, as famílias que residem na área sobrevivem de benefícios sociais, como Bolsa Família, Seguro Safra, aposentadorias e diárias de serviços.

Particularmente sobre o Pé de Figueira, está localizado entre o antigo colégio municipal e a casa sede da comunidade Castanheiro dos Macários (Figura 3). Pé de Figueira é uma árvore plantada por Pedro Macário de Castro (*in memoriam*), filho primogênito do casal Maria Isabel de Castro e João Macário de Castro. Hoje, a árvore fornece uma sombra bem espaçosa.



Figura 3: Imagem do Pé de Figueira da Comunidade Castanheiro. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Com base nos relatos da senhora Edite Maria de Castro, o Pé de Figueira, foi plantado no início da década de 1940 e que eram três mudas dessa espécie de planta, mas apenas uma vingou. De acordo com a mesma, quando a árvore foi plantada, estavam dando início a construção da casa, que hoje é a sede da comunidade. De acordo com a senhora Dalva Ana Dias, debaixo do Pé de Figueira, era um local de encontro entre integrantes da comunidade: “era muita gente, no tempo das fogueiras, a gente brincava e assava churrasco”³.

Portanto, a árvore, além de fazer parte da paisagem local da comunidade, passou a ser um ponto onde as pessoas se reuniam em finais de semana e datas comemorativas, tais como aniversários, festas juninas e a Semana Santa (Figura 4). Era um local onde a população realizava também diversos tipos de brincadeiras. A senhora Dalva Ana Dias aponta a superstição de “arrodiar fogueira”, ou seja, dar voltas ao redor da fogueira, falando a seguinte frase: “São João dormiu, São João acordou, Fulano é meu compadre/ padrinho (a), Porque São João mandou?”⁴.



Figura 4: Comemoração do aniversário da senhora Maria Isabel na década de 1990 no Pé de Figueira da Comunidade Castanheiro. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A frase era dita três vezes, enquanto realizavam três voltas ao redor da fogueira. A prática consiste no apadrinhamento de fogueira. De acordo com a senhora Dalva Ana Dias, ocorria ainda brincadeiras de quebrar melancia, que é considerada hoje uma brincadeira próxima da “Cabra-cega”, onde os integrantes executavam os seguintes gestos: “amarrava um pano na cabeça de

³ Entrevista com a moradora da comunidade, senhora Dalva Ana Dias, 67 anos, realizada em 27 de maio de 2019 (Castro, 2019).

⁴ Entrevista com a moradora da comunidade senhora Dalva Ana Dias, 67 anos, realizada em 27 de maio de 2019 (Castro, 2019).

uma pessoa e a outra saia pra quebrar a melancia com um pau”⁵. Existia também a brincadeira de bandeirinha e superstições realizadas no dia da fogueira de São João, onde os integrantes “botava umas brasas dentro de uma bacia de água, mas tinha que arrodar a fogueira com a água, pra saber com quem as pessoas iam se casar”⁶.

Já o senhor Antônio Farias dos Santos relata que praticavam junto ao Pé de Figueira brincadeiras de “jogar bola de meia, cabra-cega, brincadeira de assobia marreca, assobia marreca era se esconder dentro do mato no inverno, aí amarravam pano na cabeça de uma pessoa, aí a pessoa entrava no mato, falando: assobia marreca, até achar os outros, nós brincava também de esporar burra”⁷.

Frente aos depoimentos, compreendemos que este é um lugar importante para a história das pessoas da comunidade, porque abrange registros de experiências compartilhadas do que foi vivido e está presente na memória dos moradores. São costumes que estiveram presentes até o início da década de 1990, ficando sob o risco de esquecimento a partir do momento que alguns moradores resolveram ir para cidade em busca de oportunidades para a melhoria das condições financeiras (Castro, 2019).

Conclusão

Consideramos este texto uma incursão inicial, que nos instigue ir mais a fundo nas interfaces entre memória, lugares, cultura material, reconhecendo que podem ser estudados em diferentes perspectivas. De fato, este tem sido nosso objetivo no momento, em pesquisa de mestrado que tem expandido o arsenal de lugares de memória vigentes na comunidade, com o intuito de pensar acerca de seus processos de patrimonialização. Para além do Pé de Figueira, temos percebido a relevância de estruturas denominadas de Casa Vêa, Cacimbas do Boi Morto, Caldeirão de Pedra, Cacimba da Baixa Verde, Imbuzeiro da Livusia, Casa do Lourinho, Reza da Casa do Milcíades e Escola do Castanheiro (Castro, 2023). De toda sorte, são dados que reforçam a percepção de que na comunidade Castanheiro dos Macários, a pesquisa sobre os lugares de

⁵ Entrevista com a moradora da comunidade, senhora Dalva Ana Dias, 67 anos, realizada em 27 de maio de 2019 (Castro, 2019).

⁶ Entrevista com a moradora da comunidade, senhora Dalva Ana Dias, 67 anos, realizada em 27 de maio de 2019 (Castro, 2019).

⁷ Entrevista com o morador da comunidade, senhor Antonio Farias dos Santos, 61 anos, realizada em 27 de maio de 2019 (Castro, 2019).

memória apresenta potencial para catalisar reflexões sobre ecologia, economia, universo simbólico, religião, história, lazer, cultura e patrimônio material e imaterial.

Referência

ABREU, R. M. 2007. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C. BELTRÃO, J. (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2007. v. 1. p. 263-287.

CASTRO, K. M. F. S. 2019. Memórias de uma Comunidade: Castanheiro dos Macários, São Raimundo Nonato/PI. Trabalho de conclusão de curso em Arqueologia e Preservação Patrimonial. Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato.

CASTRO, K. M. F. S. 2023. Memórias, Lugares e Histórias: O processo de patrimonialização no território quilombola da comunidade Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato - PI: um estudo de caso. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2023.

GIRÃO, C. 2001. Arte e Patrimônio. Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), n. 29, p. 103-121, 2001.

MARTINS, C. 2006. Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca.

NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP, n. 10, p. 7-28.

POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social. Estudos Históricos, vol. 5., nº10, p. 201-215.

SILVA, P. S. 2011. Patrimônio Cultural Imaterial: conceitos e instrumentos legais de tutela na atual ordem jurídica brasileira. In: Anais do Simpósio Nacional de História. Anpuh, São Paulo, julho 2011. Artigo.